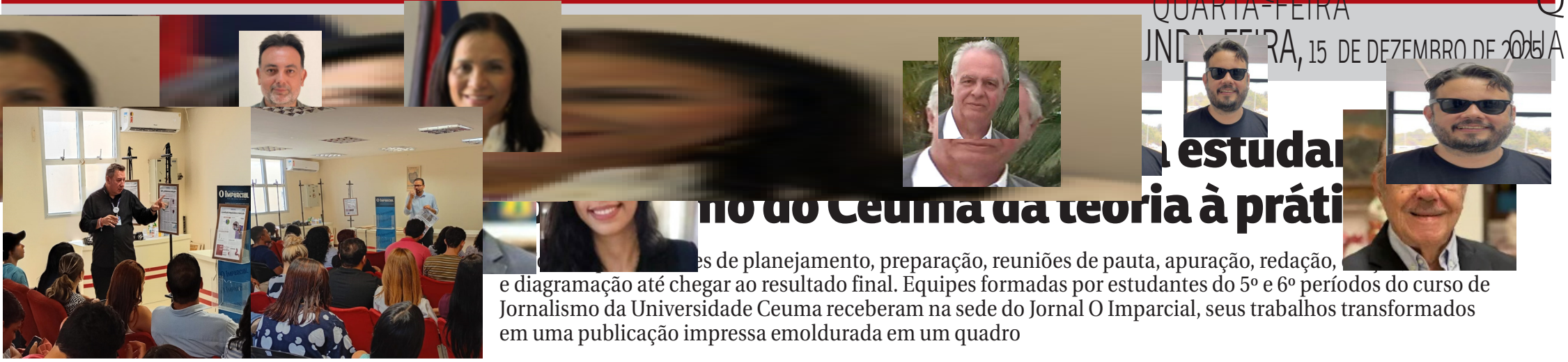




QUARTA-FEIRA
QUARTA-FEIRA
QUARTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2025



Estudantes do Ceuma da teoria à prática

...es de planejamento, preparação, reuniões de pauta, apuração, redação, e diagramação até chegar ao resultado final. Equipes formadas por estudantes do 5º e 6º períodos do curso de Jornalismo da Universidade Ceuma receberam na sede do Jornal O Imparcial, seus trabalhos transformados em uma publicação impressa emoldurada em um quadro

O Imparcial: rumo aos 100 anos de refinaria e Patrimônio de natureza cultural imaterial em Bacabal

Em um tempo em que a velocidade da informação muitas vezes supera a precisão e a memória, reconhecer um jornal impresso como patrimônio cultural imaterial é reafirmar que o passado ainda importa e que o futuro só se sustenta quando ancorado em instituições que preservam a verdade. É nesse cenário de transformações profundas que o Estado do Maranhão declara oficialmente o jornal O Imparcial como Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial, coroadando quase um século de dedicação jornalística



Governador celebra Densidade histórica na justificação do Patrimônio Natural de Governo



junino do Centro Cultural Vale evento Coffee2Fun Iracema Vale, em sua proposta, enfatizou o compromisso do jornal com a coleta e preservação da memória maranhense. "Tive a honra de apresentar este projeto porque acredito que o Maranhão precisa preservar quem preserva o Maranhão. O Imparcial documentou nossas transformações, nossas lutas e conquistas. É, com justiça, um patrimônio do nosso povo", declarou



Maranhão amplia ações do Programa Tô Conectado

Guajajara, Ibirama e Kanela

NOSSOS TELEFONES: REDAÇÃO 98991445641 • COMERCIAL 991151624 • CAA - CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE 991445645 • CAA - CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE 991445645 DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

19/DEZ PAVILHÃO DO SEBRAE SÃO LUÍS-MA

REALIZAÇÃO: DUK PULSE APOIO: O IMPARCIAL

TOUR | 2025

ROUPA NOVA

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA SABER MAIS

RECONHECIMENTO

Rumo aos 100 anos e agora Patrimônio

O Imparcial reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Maranhão: Lei foi proposta por Iracema Vale e celebra um século de contribuição à memória do Estado

SAMARTONY MARTINS

Por décadas, o Maranhão mudou — politicamente, economicamente, culturalmente — e, em cada uma dessas fases, um elemento permaneceu constante: a presença de O Imparcial como testemunha e narrador da história. Em um tempo em que a velocidade da informação muitas vezes sufoca a precisão e a memória, reconhecer um jornal impresso como patrimônio cultural imaterial é reafirmar que o passado ainda importa e que o futuro só se sustenta quando ancorado em instituições que preservam a verdade. É nesse cenário de transformações profundas que o Estado do Maranhão declara oficialmente o jornal O Imparcial como Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial, coroando quase um século de dedicação jornalística.

O reconhecimento foi estabelecido pela Lei nº 12.727, de 1º de dezembro de 2025, sancionada pelo governador

Carlos Brandão e assinada pelo secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira. A norma decorre do Projeto de Lei 443/2025, elaborado pela deputada estadual e presidente da Assembleia Legislativa, Iracema Vale, que defende a preservação das instituições que contribuem para manter viva a identidade maranhense.

Um título que honra uma trajetória centenária

Ao comentar a sanção, o governador destacou o caráter simbólico do reconhecimento: “Reconhecer o jornal O Imparcial como Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial do Maranhão é valorizar quase um século de história dedicada à informação e à democracia. O Imparcial atravessou diferentes tempos, transformou-se com a chegada dos meios digitais e manteve sua credibilidade. É um jornal que acompanhou a vida do nosso povo, registrou marcos importantes e segue cumprindo um papel essencial”, afirmou Carlos Brandão.

Iracema Vale, autora da proposta, enfatizou o compromisso do jornal com a coleta e preservação da memória maranhense. “Tive a honra de apresentar este projeto porque acredito que o Maranhão precisa preservar quem preserva o Maranhão. O Imparcial documentou nossas transformações, nossas lutas e conquistas. É, com justiça, um patrimônio do nosso povo”, declarou.



Densidade histórica na justificativa do Projeto de Lei

O texto do PL mergulha profundamente na história do jornal, reforçando sua relevância como agente de transformação cultural. Logo em sua justificativa, o documento afirma que a finalidade é reconhecer a “inestimável contribuição do jornal O Imparcial à história, à cultura e à democracia maranhense e brasileira”.



Ao revisitar 1926, ano da fundação do periódico por João Pires Ferreira (J. Pires), o projeto sublinha seu caráter disruptivo ao nascer “com espírito inovador e apartidário, rompendo com o paradigma vigente da imprensa maranhense”, que até então era dominada por publicações segregadas entre governo e oposição.

Outro trecho marcante resgata o contexto de sua criação: “O Maranhão possuía cerca de 874 mil habitantes, vivendo a expansão da agricultura e o início do ciclo do babaçu. O Imparcial tornou-se veículo fundamental para a difusão de ideias, o registro da vida social e política e o fomento à literatura.” O PL também destaca as adversidades enfrentadas pelo jornal ao longo de crises econômicas, regimes

autoritários, mudanças tecnológicas e disputas políticas. Apesar disso, manteve-se — como o documento reitera — fiel “ao princípio da liberdade de imprensa”, consolidando-se como espaço de pluralidade e credibilidade.

Além do passado, a proposta evidencia a relevância contemporânea do veículo. Num trecho crucial, ressalta que, mesmo diante das redes sociais e do avanço da desinformação, “O Imparcial segue pautando outros meios de comunicação e reafirmando o jornalismo como fiador da democracia e da liberdade”.

O valor simbólico do centenário

O reconhecimento chega no limiar de uma data histórica: em 2026, O Imparcial completará 100 anos de atividades ininterruptas — um feito raro no Brasil, onde muitos jornais tradicionais encerraram suas operações diante da crise do impresso e da ascensão dos meios digitais.

Para o diretor-executivo do jornal, Célio Sérgio Ferreira, o título é tanto uma homenagem quanto um chamado à continuidade. “Este reconhecimento vem em um momento profundamente simbólico. Estamos prestes a completar 100 anos de atividades ininterruptas. Ver essa trajetória reconhecida como patrimônio cultural imaterial do Maranhão é um tributo não apenas ao jornal, mas às gerações de profissionais que construíram essa história”, afirmou.

Ele destaca ainda que o legado de O Imparcial ultrapassa o papel: “Hoje, nossa presença vai muito além das páginas impressas. O jornal está nas plataformas digitais, dialogando com

novas linguagens sem abandonar a profundidade e a ética que sempre nos definiram”, ressaltando que a cerimônia de entrega do título ainda será definida.

A força de um patrimônio vivo

Transformar O Imparcial em patrimônio cultural imaterial significa reconhecer que sua importância não se limita às edições que circularam ao longo de um século. O valor do jornal está na sua capacidade de atravessar diferentes eras e manter-se relevante, interpretando o Maranhão por dentro e por fora.

Patrimônio imaterial é aquilo que não pode ser tocado, mas que se inscreve na memória social. O Imparcial corresponde exatamente a isso: um repositório vivo que ajudou a registrar ditaduras e redemocratizações, transformações econômicas, renovações culturais e viradas políticas. Sua passagem do impresso ao digital não enfraqueceu sua identidade; ao contrário, ampliou seu alcance e preservou a tradição jornalística em novos ambientes informacionais.

Num momento em que o instantâneo rivaliza com a veracidade e as redes sociais se tornaram terreno fértil para desinformação, reconhecer um jornal centenário como patrimônio cultural é reafirmar que o jornalismo profissional continua sendo um alicerce democrático.

Para além de celebrar a história de O Imparcial, o título reafirma a necessidade de manter vivo aquilo que garante ao Maranhão — e ao país — a continuidade da memória e o respeito à verdade. É, portanto, um gesto de preservação, mas também de futuro.

APARTE

Felipe Klamt
felipeKlamt@yahoo.com.br



Enquanto isso...

ZÉ MARANHÃO em RECOMENDAÇÃO DO PRESIDENTE



FIH

São Luís, segunda-feira, 15 de dezembro de 2025

Maranhão amplia ações do Tô Conectado

Governador lembrou que as tratativas para contemplar os estudantes do Ifma começaram em outubro, durante a visita do ministro da Educação, Camilo Santana

O Governo do Maranhão ampliou as ações do Programa Tô Conectado. Inicialmente, o programa estadual contemplaria a entrega de 250 mil tablets para estudantes de toda a rede pública estadual, mas com a ampliação do programa também serão entregues tablets para os 15 mil estudantes do Instituto Federal do Maranhão (Ifma). De forma simbólica, nesta sexta-feira (12), a gestão estadual entregou mais de 900 equipamentos para os alunos da unidade do Ifma em Imperatriz.

A solenidade contou com a presença do governador Carlos Brandão. Ele lembrou que as tratativas para contemplar os estudantes do Ifma começaram em outubro, durante a visita do ministro da Educação, Camilo Santana. Na ocasião, o reitor do Ifma, Carlos César Ferreira, destacou a importância do programa estadual e foi debatida a possibilidade dos estudantes da rede federal também serem contemplados.

“Fizemos um estudo técnico e ampliamos o programa para entregar mais de 15 mil tablets para os alunos do Ifma, para que eles possam ter as



ESTADO ENTREGOU MAIS DE 900 EQUIPAMENTOS PARA OS ALUNOS EM IMPERATRIZ

mesmas condições de estudo e, também, chegarem à faculdade. Lembrando que esses tablets não são do Ifma e nem do Governo do Estado, são dos alunos. Depois que o aluno completa o terceiro ano, ele pode continuar estudando para o vestibular e para outros cursos que ele queira fazer. Esse é um compromisso que a gente assumiu”, ressaltou o governador.

Para que a parceria pudesse ser efe-

tivada foi encaminhada para a Assembleia Legislativa uma Medida Provisória alterando a Lei nº12.656/2025. Com a aprovação da medida, o governo foi autorizado a incluir os estudantes do Ifma entre os beneficiários do programa Tô Conectado. Os equipamentos beneficiarão alunos das 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, fortalecendo o acesso à tecnologia educacional na região.

Tablets contam com vários aplicativos para estudo

Para o reitor do Ifma, Carlos César Ferreira, a parceria com a gestão estadual é muito importante, uma vez que o foco da instituição é garantir um ensino de qualidade proporcionando autonomia aos estudantes e inserção no mercado de trabalho. Com os tablets do programa Tô Conectado, esse trabalho será reforçado e os estudantes da rede federal terão ainda mais oportunidades.



O diretor-geral do Campus Imperatriz do Ifma, Lauro Pinheiro, lembrou que os estudantes ficaram muito empolgados com a notícia. “É extremamente importante a conectividade pelo fato de hoje o mundo estar na internet. Então os estudantes terão acesso a material didático, cursinhos, provas simuladas, uma ferramenta de modo a conectá-los mais ainda com essas possibilidades para um estudo mais focado”, explicou.

Os alunos do Ifma em Imperatriz elogiaram a iniciativa. Para a estudante Bruna Silva, o equipamento representa um reforço dos estudos, especialmente para as atividades fora da sala de aula, complementando o conhecimento adquirido na escola.

“Sabemos que hoje a internet é uma fonte importante de conhecimento, onde temos YouTube, livros que podemos ler em PDF e que às vezes não temos acesso físico, então ajuda muito todos os estudantes. Tudo isso vai complementar o nosso estudo e será uma ferramenta muito importante para aqueles que hoje não têm acesso à internet. Estamos muito felizes e gratos por sermos incluídos nesse programa, foi uma atitude linda e muito especial”, relatou.

Já a estudante Júlia Deitos, que cursa o 3º ano no Ifma, destacou o incentivo aos estudos com o equipamento.

“Eu quero agradecer o governo pela entrega dos tablets, pois vai ajudar muito nos nossos estudos, seja em sala de aula ou nos trabalhos que os professores passam, para resolver questões ou fazer slides. Além de auxiliar muito a gente, influencia todos os alunos a estudarem mais, porque hoje o estudo está muito tecnológico”, comentou.

Sobre o Tô Conectado

O Tô Conectado é um dos eixos do macroprograma Educação de Verdade, coordenado pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), que tem como objetivo garantir melhores condições de ensino para os estudantes em todas as regiões do estado. Com o Tô Conectado, o governo busca levar conectividade e cidadania digital a todos os 217 municípios maranhenses entregando tablets para cerca de 250 mil alunos da rede pública estadual de ensino, além de chromebooks para os professores.

A ampliação do Tô Conectado para atender os alunos do Ifma contou com a entrega inicial de mais de 900 tablets em ato simbólico na unidade do Ifma em Imperatriz. Os demais equipamentos serão entregues a partir de janeiro, contemplando os mais de 15 mil estudantes do instituto federal no Maranhão.



ANÁLISE POLÍTICA

PL da Dosimetria beneficia criminosos comuns, dizem especialistas

LUCAS PORDEUS LEÓN
AGÊNCIA BRASIL

O projeto de lei (PL) da Dosimetria reduz o tempo de progressão de pena para alguns criminosos comuns, afirmam especialistas em direito consultados pela Agência Brasil. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados para beneficiar os condenados envolvidos na tentativa de golpe de Estado que culminou no 8 de janeiro de 2023, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O professor de direito da PUC do Rio Grande do Sul (RS) Rodrigo Azevedo destaca que a mudança reduz “sensivelmente” os percentuais de cumprimento de pena para a progressão em comparação ao modelo vigente desde 2019, especialmente os crimes comuns não violentos. “Na prática, ela beneficia sim criminosos comuns, pois padroniza o marco básico de progressão em um sexto da pena, reservando percentuais mais altos apenas para crimes violentos e hediondos. Isso representa um afrouxamento relevante em relação ao sistema atual, que exige 20% para primários e 30% para reincidentes, mesmo em crimes sem violência”, disse o especialista.

O professor de direito da PUC do Rio, o advogado e criminalista João Vicente Tinoco, também afirmou à Agência Brasil que a mudança deve beneficiar condenados por alguns tipos de crimes. “Quando veio a legislação em 2019, do pacote anticrime, a situação dos presos se agravou. O que o PL da Dosimetria faz agora é dar um passo atrás. Ele não volta totalmente [ao texto antes de 2019], mas dá um passo atrás em relação a algumas das hipóteses”, disse.

Segundo o relator, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), o projeto foi construído com o apoio de juristas para evitar que criminosos comuns sejam beneficiados. “Não há nenhuma possibilidade de este texto beneficiar crime comum. Ele trata apenas do 8 de Janeiro. Os principais juristas deste país, os mais renomados, bateram o martelo: este texto não trata de crime comum”, disse durante a sessão que aprovou a matéria na Câmara. O professor de direito Rodrigo Azevedo, que também é membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirma que o argumento do relator não se sustenta. “A Lei de Execução Penal [Lei 7.210 de 1984] é uma lei geral, que disciplina a forma de cumprimento de penas para todas as pessoas condenadas no país. Não existe, no sistema constitucional brasileiro, a figura de uma lei de execução penal aplicável apenas a um grupo específico de condenados”, afirma o especialista. Azevedo acrescentou que hoje um condenado por roubo só progride após cumprir 40% da pena, mas que “com o texto aprovado, se for primário, poderá progredir após 25%, mostrando que a mudança afeta diretamente crimes comuns e não apenas os casos do 8 de janeiro”.

Entenda

O texto do PL 2.162 de 2023 permite que o preso passe do regime fechado para o semiaberto, ou do semiaberto para o aberto, quando cumprir um sexto da pena, o que representa 16% do total do tempo da condenação.

Atualmente, a progressão após 16% da pena é apenas para réus primários em crimes sem violência, podendo chegar a 70% da pena se for reincidente em crime hediondo. O PL da Dosimetria inova ao permitir que condenados por crimes com violência ou grave ameaça, como é o caso dos crimes de tentativa de golpe de Estado, se beneficiem com a progressão menor, de 16%. Ao mesmo tempo, o projeto de lei inclui uma série de exceções a essa regra principal, aumentando o tempo de cumprimento de pena de acordo com o tipo de infração. Se a condenação for por crimes previstos nos títulos 1 e 2 do Código Penal, que são crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, por exemplo, o tempo mínimo para progressão de regime é de 25%.

O advogado criminalista João Vicente Tinoco explicou que há outros crimes que, praticados com violência, não estão nesses títulos do Código Penal. “O problema é que tem uma série de outros crimes que igualmente não estão nos títulos 1 e 2 do Código Penal e que são praticados com violência grave e ameaça, e nesses os presos serão beneficiados”, disse.